



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO  
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA  
BELÉM – PARÁ – BRASIL  
04 a 07 de novembro de 2015  
ISSN 978-85-89097-68-0**

**PROJETO ESMERALDA:  
FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM FERNANDO DE NORONHA**

**Liliane dos Santos Gutierre<sup>41</sup>  
Arlete de Jesus Brito<sup>42</sup>**

**RESUMO**

Neste trabalho, apresentamos resultados da nossa pesquisa advinda do estágio pós-doutoral, realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), acerca das práticas dos professores leigos em Fernando de Noronha/PE, além de elementos relacionados a formação destes, em especial à Matemática, nos anos de 1980 a 1986. A consolidação desse estudo ocorreu por meio da História Cultural, a partir das nossas reflexões, no diálogo com fontes orais, escritas, imagéticas e com outros autores que abordam temas próximos do tratado aqui, entre eles, Chartier (1990), Halbwachs (2006), Burke (2006), Le Goff (1996), Leite (1993). Após, usarmos o método de triangulação (BRITO, 2008) das fontes orais e escritas, que nos indicaram divergências, convergências e singularidades, essa última na concepção de Albuquerque Júnior (2007), apontamos o Projeto Esmeralda como *divisor de águas* no ensino da Unidade Integrada de Ensino de 1º grau, no Território de Fernando de Noronha, na década de 1980.

**Palavras-chave:** Ensino. Professor Leigo. Fernando de Noronha. Matemática

**INTRODUÇÃO**

Neste trabalho, apresentamos parte dos resultados da pesquisa que desenvolvemos, durante nosso estágio pós-doutoral, realizado junto ao Programa de Pós-

<sup>41</sup> Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Campus Natal.  
E-mail: liliane@mat.ufrn.br

<sup>42</sup> Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus Rio Claro. E-mail: arlete@rc.unesp.br

Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, de Rio Claro/SP (UNESP-Rio Claro), sob supervisão da Professora Dr<sup>a</sup> Arlete de Jesus Brito.

Nosso olhar, nesse estudo, se voltou para a década de 1980, quando ir para Fernando de Noronha/PE em busca de melhores salários era uma oportunidade única aos militares da aeronáutica, em um momento que a economia brasileira vivia uma inflação altíssima, conforme entrevistas realizadas por nós, com alguns militares da aeronáutica que participaram desse processo.

Tais militares e suas esposas ao chegarem à ilha atuavam como professores, pois não havia, em quantidade suficiente para a demanda exigida, professores graduados ou com formação específica, conforme relataram nossos depoentes e conforme vimos em Silva (2013).

Diante o exposto, nossa questão de pesquisa foi: Que práticas de formação de professores ocorreram na Unidade Integrada de Ensino de 1º grau em Fernando de Noronha (UIE), por meio do Projeto Esmeralda<sup>43</sup>, em especial no ensino de Matemática? Assim, nesta comunicação, tivemos como objetivo elaborar uma interpretação histórica sobre a formação de professores que ensinavam Matemática, na UIE, por meio do Projeto Esmeralda.

Concordamos com a teoria de Chartier (1990), quando o autor nos remete às práticas culturais, dizendo que estas inscrevem, em suas estruturas, os recortes socialmente enraizados em determinados momentos históricos. Nesse sentido, considerando o ensino pelos professores leigos como uma prática social, culturalmente constituída, compreendemos as práticas diferenciadas destes, ressaltando os mais variados modos de interpretá-las. Chartier (1990) propõe-se compreender a racionalidade do discurso na historicidade de sua produção e das relações que estabelece com outros discursos. A partir de então iniciamos nossas entrevistas formais com os depoentes dessa pesquisa.

## **REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA**

A consolidação desse estudo ocorreu por meio da História Cultural, a partir das nossas reflexões, no diálogo com fontes orais, escritas, imagéticas e com outros autores

---

<sup>43</sup> Nas páginas seguintes, explicaremos ao leitor o que foi este projeto.

que abordam temas próximos do tratado aqui. Para Burke (2005), nessa perspectiva, historiadores se aproximam da visão de cultura dos antropólogos, pois a palavra “cultura” sugere uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos.

As narrativas dos entrevistados acerca do ensino na Unidade Integrada de Ensino de 1º grau (UIE), em Fernando de Noronha/PE foram expressas a partir do ponto de vista de cada um, dependendo das suas lembranças. Cada um construiu o seu passado qualitativamente, buscando o que melhor lhe conviesse narrar sobre o tema, a partir de uma entrevista semiestruturada e das questões que lhes dirigimos, durante as entrevistas, à medida que as dúvidas surgiam.

A entrevista semiestruturada (LAVILLE; DIONNE, 1999) possibilitou constituirmos documentos a partir de fontes orais relacionados à formação e às práticas dos professores leigos da U.I.E. Ao nos remetermos à entrevista semiestruturada, recorreremos à construção do roteiro de entrevista que “é uma série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimentos” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.188).

Entendemos a memória como algo que depende das relações sociais em que cada um de nós vive, afinal “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (HALBWACHS, 2006, p.30).

Nossos primeiros entrevistados foram João Gonçalves de Oliveira e Gerlúcia Vieira Madruga de Oliveira. Por meio deles, soubemos da existência de professores leigos na escola da ilha, na década de 1980, bem como as experiências de vida profissional das esposas dos comandantes-governadores, dos militares e das esposas desses militares que lá ensinavam, independente da formação profissional desses cidadãos.

Para escolha dos demais depoentes, lançamos mão do critério de rede (GARNICA, FERNANDES E SILVA, 2011), uma vez que os nomes de alguns colaboradores foram surgindo após a realização da entrevista com os senhores Gerlúcia e João. A saber: José Geraldo Antunes de Oliveira, Maria da Conceição Jácome de Oliveira, Cleide Maria Pereira dos Santos, Marieta Borges Lins e Silva, Luciene William Barros do Nascimento, José William do Nascimento, José Ricardo Paes Barreto, Antônia Vaniza Silva Gomes e Massilde Martins da Costa. Também foram nossos depoentes a partir dos documentos pesquisados: José Maria Pacheco Simeão e Yara Maria Leal Heliodoro.

Faz-se oportuno dizer também que, nesse estudo, lançamos mão de procedimentos utilizados por aqueles que usam a História Oral como metodologia de pesquisa. Entre eles, além da transcrição da entrevista, está a assinatura do entrevistado na carta de cessão de direitos, já assinada pelos nossos depoentes, para não só publicarmos a entrevista propriamente dita, mas também seus nomes reais.

Por meio desses depoentes e visitas ao arquivo público na cidade do Recife/PE, obtivemos fontes escritas e iconográficas. Com os casais Gerlúcia e Gonçalves e Conceição e Antunes, conseguimos algumas fotografias, bem como certificados de cursos, convites para participação de cursos de capacitação de professores, cadernetas escolares, convites de formatura e um DVD com uma reportagem realizada pelo repórter, da rede globo de televisão, Ernesto Paglia para o programa Globo Repórter, na época em que o casal Antunes e Conceição viviam na ilha. Com a senhora Cleide, conseguimos o seu memorial descritivo, de modo que tivemos acesso, de forma mais linear e organizada aos fatos vivenciados por ela.

As fotografias advindas dos nossos depoentes nos mostraram “ações” que aconteciam na UIE, requerendo da nossa observação “além de mecanismos de percepção visual aguçados, condições culturais adequadas, a comparação e a dedução”, para que nos constituíssemos num receptor competente das informações ali contidas. Assim, nos habituamos a olhar a fotografia como uma radiografia; com significados invisíveis, ultrapassando o enquadramento das duas dimensões (LEITE, 1993).

Ainda em busca de informações acerca do ensino na ilha, na década de 1980, fomos até o Arquivo Público Estadual João Emerenciano, localizado no Bairro de São José, em Recife/PE e neste conseguimos alguns documentos, em especial destacamos os que tratam dos relatórios do Projeto Esmeralda, que deram fortes subsídios aos resultados dessa pesquisa, além de excertos de reportagens do *Jornal do Comércio* e do *Diário de Pernambuco*.

Os documentos aqui citados são entendidos por nós na perspectiva da História Cultural, quando os consideramos como monumentos, pois entendemos que o passado não se reconstrói no presente. Ele permanece no presente, por meio de fontes como as que obtivemos com nossos depoentes e no Arquivo Público Estadual João Emerenciano. Para Le Goff (1996, p. 535), essas fontes fazem parte da memória coletiva e da história, pois são monumentos, heranças do passado, documentos, cabendo ao historiador escolhê-las. Ele afirma: “o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação,

por exemplo, os atos escritos”. Além disso, Foucault (1987, p. 7) nos diz que a tarefa do historiador na constituição do documento não seria “interpretá-lo, não determinar se diz a verdade, nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo” (FOUCAULT, 1987, p. 7).

Nesse sentido, entendemos o passado como uma representação e buscamos interpretar tanto o que cada um dos nossos depoentes fez nos momentos em que viveu na UIE, quanto as formas como cada um interpretou e deu sentido às suas vivências.

Por fim, estabelecemos um diálogo com as fontes escritas, constituídas por nós como documentos, entrelaçando-os com as fotografias e os depoimentos dos entrevistados. Assim como Brito (2008), para análise, usamos o método de triangulação de fontes, que nos indicaram divergências e convergências entre esses documentos, embora não deixássemos também de buscarmos “nos aindaimes pingentes e oscilantes da teoria” a construção do nosso objeto, regatando “a noção de singularidade na teoria histórica” e a singularidade do que tomamos por objeto de estudo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 254).

## **NOSSO OLHAR SOBRE A ILHA E SOBRE A UIE**

Em 1823, a ilha ficava sob responsabilidade do Ministério da Guerra, em 1877, sob o Ministério da Justiça e em 1891 sob a Província de Pernambuco. Já no século XX, a sua jurisdição (1938) foi conferida ao Governo Federal até se transformar em um Território Federal - em 09 de fevereiro de 1942 - ficando sob o poder do Exército até os anos de 1981. De 1981 a 1986 esteve sob o poder da Aeronáutica; de 1986 a 1987 sob o Estado Maior das Forças Armadas (EMFA); de 1987 a 1988 sob o Ministério do Interior (MINTER) e em 1988, voltou a ser administrado pelo governo do Estado de Pernambuco na forma de Distrito Estadual (CONDEPE/FIDEM, [s.d] *apud* GUTIERRE, 2014).

Assim, Fernando de Noronha, por um bom tempo encontrava-se regida pelas instâncias militares que administravam a ilha para os brasileiros. Desde 1957, militares americanos instalaram nela equipamentos eletrônicos e desenvolveram sistemas de comunicação como forma de contrapartida dos acordos assinados entre eles e o governo brasileiro pelo prazo de cinco anos, passíveis de renovação (NASCIMENTO, 2009a).

A aproximação entre militares americanos e brasileiros se deu em diferentes contextos históricos. Por exemplo, Brito e Gutierre (2007) apontam que durante a Guerra Fria este contexto levou os idealizadores da Aliança para o Progresso<sup>44</sup> a considerar que a região nordeste do Brasil poderia representar um bom exemplo, para a América Latina, dos potenciais sociais e econômicos de tal Aliança.

No jornal *Diário de Pernambuco*, de 18 de julho de 1962, encontramos que a base dos teleguiados instalada em Noronha pelos militares norte-americanos era para operações científicas deles, bem como para rastreamento de foguetes lançados de Cabo Canaveral, na Flórida, em direção ao Atlântico. (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 18/07/1962).

Como falamos anteriormente, na conjectura política mundial desse momento em que se vivia a Guerra Fria, a ilha de Fernando de Noronha, passava a ser vista como um lugar estratégico “em face de possível disputa do domínio de navegação marítima no Atlântico pelos blocos em oposição [no caso, os comunistas e os capitalistas]” (NASCIMENTO, 2009b, p. 111). Assim, cabia à ilha ser o palco ou o trampolim, entre os norte-americanos e os soviéticos, sujeitando-se, por exemplo, a receber por isso, como contrapartida das forças militares norte-americanas, a promessa que a Base de Teleguiados de Fernando de Noronha seria do Brasil.

Entretanto, diante da escassez dos recursos destinados aos habitantes da ilha, eles perceberam a necessidade de participar das atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (CODENO), por vislumbrarem que tal participação possibilitaria angariar recursos financeiros para ilha. Para tanto, o Coronel Afonso de Albuquerque Lima e o Major Neves Vieira, representando a ilha, apresentaram ao CODENO um documento propondo a inclusão do Território de Fernando de Noronha na operação nordeste (*Jornal do Comércio*, 02/06/1959). Além disso, a SUDENE<sup>45</sup> propôs ao Congresso Nacional incluir Fernando de Noronha em sua área de ação e assim, foi noticiado que “o ante-projeto de lei, aprovando o II Plano Diretor da Superintendência de Desenvolvimento, inclui o

---

<sup>44</sup> “Aliança para o Progresso surgiu no contexto da Guerra Fria, período em que a ameaça comunista colocava em xeque o chamado “terceiro mundo”, em especial a América Latina, isto conduziu os Estados Unidos a uma mudança paradigmática na política externa para a América Latina; uma política de ‘generosidade’ econômica e estratégica. Os EUA teriam, assim, adotado a “[...] convicção de que seu próprio bem-estar dependia do bem-estar de outros países, que a prosperidade americana não podia existir na ausência de uma prosperidade global.” (KAGAN, 2003 *apud* RIBEIRO, 2006)” (MATOS, 2008, p.359).

<sup>45</sup> Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

território Fernando de Noronha na área de sua atuação específica” (*DIÁRIO DE PERNAMBUCO*, 23/09/1962b).

O que nos chamou a atenção, no entanto, é que dentro desse ambiente insular, o clima frio de uma guerra de escalas internacionais, juntamente com o período da ditadura militar brasileira, parece-nos não ser tão fácil de ser percebido, já que o isolamento submetido aos que lá residiam e aos que lá pretendiam residir (como militares da Aeronáutica) engendrava um certo *quê* de esquecimento do mundo existente além da ilha.

Por um momento, em nossas entrevistas, nos pareceu que os insulanos não percebiam a ilha como “um lugar vulnerável, em meio ao Atlântico, [...]. Um espaço isolado, estrategicamente posicionado para atrair as atenções de uma guerra mundial, que poderia pôr em risco o Brasil continental, caso fosse ocupado.” (SILVA, 2013, p. 190). Como falamos na introdução deste trabalho, na década de 1980, ir para Fernando de Noronha em busca de melhores salários era uma oportunidade aos militares da aeronáutica e nos parece que tal melhoria encobriu uma visão sobre aquela vulnerabilidade.

As limitações financeiras da ilha e sua localização longe do continente atingiam a escola local. Perguntamos aos depoentes João Gonçalves e José Antunes e a suas respectivas esposas, se tinham conhecimentos acerca do ensino para seus filhos, crianças, na época, em Fernando de Noronha, antes mesmo de partirem de da cidade em que residiam, e obtivemos respostas diferentes. O senhor José Antunes nos disse que devido a sua imensa vontade de viver em Noronha, garantiu que poderia atender aos estudos dos filhos pelo fato de ele e sua esposa terem graduação, afirmando: “então a carência que houvesse lá [ele refere-se ao ensino de seus filhos] a gente podia de certa forma cobrir” (JOSÉ GERALDO ANTUNES DE OLIVEIRA. Depoimento oral em 06/06/2015). Por outro lado, seu João Gonçalves nos disse: “Não! Desconhecia totalmente, essa parte de ensino. A gente não tinha conhecimento de nada, e outra coisa, para a escola você era o professor [...] as crianças ficavam sem a aula, a gente tinha que chegar junto” (JOÃO GONÇALVES DE OLIVEIRA. Depoimento oral em 04/05/2013).

Segundo Silva (2013, p. 271), uma dificuldade sempre enfrentada pelos militares, na ilha, foi a contratação de professores, em todos os níveis. Sobre isso, a autora nos diz: “Ao sabor da chegada de pessoas formadas, esposas ou filhas dos militares que vinham servir na ilha, essa dificuldade até poderia ser contornada” (SILVA, 2013, p. 271). Vimos que, desde o século XIX, a docência era realizada pelas esposas dos Comandantes-Governadores, depois pelas esposas dos militares e até por leigos da própria comunidade

que, quando alfabetizados, ensinavam as primeiras letras aos alunos. (cf. [www.prontotecnologia.com.br/noronha2/instEducacao.php](http://www.prontotecnologia.com.br/noronha2/instEducacao.php)).

Instituições de ensino na ilha existiram desde 1890. Posteriormente, em 1957, foi criado o Grupo Escolar Major Costa e, em 1964, ocorreu a fundação do ginásio. Silva (2013) afirma que o Ginásio de Fernando de Noronha teve sua administração, em 1967, transferida para o Ministério de Educação.

Somente em 02 de março de 1972, por meio da lei de nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, a Unidade Integrada de Ensino de 1º Grau do Território Federal de Fernando de Noronha foi constituída, sendo mantida pelo Ministério da Educação e Cultura, por meio do Departamento de Educação e Cultura do então Território e absorvendo as atividades do Grupo escolar e do Ginásio supracitados<sup>46</sup>. Contudo, não havia professores graduados ou com formação específica em Fernando de Noronha, nesta época, conforme relataram nossos depoentes.

Evangelista e Gouveia (2014) nos dizem que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 5692/71 – que perdurava ainda na década de 1980, estabelecia em seu Art.30, que para ser professor de 1ª a 4ª série do 1º grau, devia-se ter, no mínimo, o Curso de Magistério, já para lecionar de 1ª a 8ª séries do 1º grau, devia-se ter a Licenciatura Curta. A pessoa que estivesse lecionando e não tivesse a formação mínima exigida pela Lei 5692/71, passou a ser reconhecida por muitos e também por nós, neste estudo, como professor leigo. Warder (1986, *apud* EVANGELISTA; GOUVEIA, 2014, p. 219) nos diz que “diferentes realidades, estimulava e legitimava as redes de ensino a manter os números de Professores Leigos”.

Em Fernando de Noronha isto era fato, uma vez que o comando da aeronáutica estabelecia que o militar e sua esposa (se fosse casado) ao chegarem à ilha; ele, além de cumprir suas funções de militar, iria também assumir a docência, junto com ela, pelo fato de não haver, quantitativamente falando, pessoas habilitadas ou não para tal. Sobre isso, o senhor João Gonçalves já nos apontava, quando nos disse que se não fossem eles, as crianças da UIE ficariam sem aulas. O senhor José Antunes nos diz que: “se eles [ele refere-se ao comando da aeronáutica] tivessem que escolher um casal que os dois fossem lecionar e o outro casal que só um fosse, eles dariam preferência pelos dois, por que iriam

---

<sup>46</sup> (cf. [www.prontotecnologia.com.br/noronha2/instEducacao.php](http://www.prontotecnologia.com.br/noronha2/instEducacao.php)).

somar [ele refere-se à UIE]”. (JOSÉ GERALDO ANTUNES DE OLIVEIRA. Depoimento oral em 06/06/2015).

Um olhar para questões pedagógicas passaram a existir somente durante a atuação da Aeronáutica (1981-1986), segundo nos relata a senhora Gerlúcia: “a aeronáutica colocou na escola uma pessoa que tinha formação. [...]Essas pessoas tinham mais conhecimentos, para, pelo menos, nos ajudar! Por exemplo: passamos a fazer plano de aula!” (GERLÚCIA VIEIRA MADRUGA DE OLIVEIRA. Depoimento Oral em 04/05/2013).

Além disso, a senhora Gerlúcia também nos relata que se não lecionasse nesta escola, como professora leiga, seus filhos não teriam acesso a mesma:

Eu tinha um filho com quatro anos e uma filha com dois anos e meio, que já estudavam aqui em Recife, só que lá não existiam turma de maternal. A primeira turminha lá era com crianças a partir de cinco anos, então nenhum dos dois poderia ficar na escola. Decepcionada, fui falar com a diretora, e soube que estava precisando de alguém para ensinar e que não precisava ter formação de professor. Falei com a diretora da escola, que era a esposa do governador da ilha, aí ela disse: “- se você ficar como professora, seus filhos podem ficar como ouvintes na salinha do jardim da infância” que era a única que tinha, para alunos a partir dos cinco anos. [...]. Então eles ficaram e eu fui e comecei a ensinar em uma turma de quarta série (GERLÚCIA VIEIRA MADRUGA DE OLIVEIRA. Depoimento Oral em 04/05/2013).

As narrações de Dona Gerlúcia e de Seu João, acerca das condições não conhecidas por eles e impostas ora pela situação em que os filhos se encontravam e ora pelo comando da aeronáutica ao militar que ali estava, nos remeteram a Certeau (2014, p. 91), quando ele nos fala das estratégias e táticas: “trata-se de combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das ‘ações’ que o fraco pode empreender”. Percebemos que na posição de mãe, Dona Gerlúcia, diante às circunstâncias apresentadas, interviu, transformando em situação favorável o que lhe foi postulado (CERTEAU, 2014).

Por outro lado, nossos depoentes também viveram na ilha, enquanto professores leigos, momentos de formação por meio de um projeto de apoio educacional ao Território de Fernando de Noronha, como, por exemplo, o Projeto Esmeralda. Este foi elaborado por uma equipe interdisciplinar de técnicos de nível superior, pertencentes aos órgãos federal, estadual, municipal. Criado em 1983, tinha como objetivos desenvolver e atualizar o sistema educacional junto à UIE, dando complementação de conteúdo programático a todas as áreas, além de elaborar um esquema didático-pedagógico e fazer um

acompanhamento pedagógico, psicológico e social. Foi aprovado pela Comissão Diretora, em 25 de abril de 1984 e pela Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 11 de junho de 1984. (CAVALCANTE, SILVA FILHO, ALVES, 1984).

## **ELEMENTOS DA MATEMÁTICA NO PROJETO ESMERALDA**

O Projeto Esmeralda foi executado em três etapas. A primeira parte foi “voltada para o processo de técnicas didático-pedagógicas, através de treinamentos, cursos, seminários, pesquisas, etc” (CAVALCANTE, SILVA FILHO, ALVES, 1984, p. 21). A segunda foi voltada para o “acompanhamento psicológico do alunado no sentido de descobrir as causas de reprovação, evasão e desinteresse” (CAVALCANTE, SILVA FILHO, ALVES, 1984, p. 21) e a terceira foi “um trabalho de orientação social com a finalidade de aproximar a família e a comunidade da escola”. (CAVALCANTE, SILVA FILHO, ALVES, 1984, p. 21).

No relatório do Projeto Esmeralda de 1984, encontramos os planos de ensino das duas disciplinas ofertadas aos professores: Curso de Metodologia da Matemática e o Curso de Matemática, o que nos indica que houve por parte dos proponentes do projeto uma preocupação voltada ao ensino dessa disciplina.

A carga horária do Curso de Metodologia da Matemática foi de 30 (trinta) horas e ele foi ministrado para os professores do nível I, pela instrutora, assim nomeada pelos coordenadores do referido projeto, Rosária de Pompéia Bezerra Ramos. Esse curso aconteceu no período de 26 a 29 de setembro de 1984. Participaram dele as nossas depoentes: Antônia Vaniza Silva Gomes, Gerlúcia Vieira Madruga de Oliveira e Massilde Martins da Costa.

O curso trouxe algumas alterações nas práticas pedagógicas do ensino de Matemática, possibilitando aos cursistas não depender mais somente do livro didático em suas aulas e repensar o conteúdo desenvolvido até então. Sobre isso, o senhor João Gonçalves narra em seu depoimento: “A gente pegava o livro [...] a gente ia por ali, e ia fazendo a nossa aula, estudando o conteúdo que a gente ia dar, como é que ia dar e fazia o plano de aula. [...]. A gente só pegava o que tinha no livro”. (JOÃO GONÇALVES DE OLIVEIRA. Depoimento Oral em 04/05/2013).

Porém, pelo plano de ensino do curso de Metodologia da Matemática, buscava-se outro caminho para o ensino de Matemática, já que nele constavam os seguintes objetivos: (1) descrever os procedimentos adequados ao ensino de contagem; (2) descrever os procedimentos adequados; (3) descrever os procedimentos adequados ao ensino das operações com números naturais. Adição. Subtração; (4) descrever os procedimentos utilizados nas operações com números racionais; (5) descrever os procedimentos utilizados na solução de problemas.

Ao primeiro objetivo, correspondiam os conteúdos: fundamentação, fases da contagem, sugestão de atividades, uso do material pluri-sensoriais; ao objetivo 2, o rol de conteúdos eram: séries de níveis de experiências na aprendizagem dos números; ritmo na escrita dos números; exercícios para crianças com dificuldades, apresentação do zero, número de 20 a 99, composição do número 100, sugestões de atividades, uso de material pluri-sensoriais. Ao terceiro objetivo, os conteúdos relacionados eram: adição e sua inversa, a subtração, fatos fundamentais, casas a considerar no ensino da adição e subtração, objetivação das operações no quadro valor lugar (QVL). No tocante aos objetivos 4 e 5, os conteúdos, respectivamente, eram: introdução ao estudo de frações e solução de problemas.

As atividades relacionadas ao primeiro objetivo eram: discussão sobre os procedimentos utilizados pelo professor e o desempenho dos alunos, a partir das experiências já vivenciadas. As atividades relacionadas ao segundo objetivo eram: discussão dirigida e trabalhos em pequenos grupos. Em relação ao terceiro objetivo, lançou-se mão do estudo de textos e discussão dirigida. Discussão dirigida foi a atividade relacionada ao quarto objetivo e finalmente ao quinto objetivo, as atividades foram: estudo de texto e discussão dirigida.

Apesar de já propiciar aos professores das séries iniciais novos conhecimentos, percebemos entre os conteúdos bastante tradicionais no ensino de Matemática, dentre os quais destacamos o ensino dos números até a primeira dezena e depois até 99 para somente depois inserir-se a centena, com o uso do quadro valor de lugar e os fatos fundamentais das operações que eram, na época, as tabuadas de adição e multiplicação. No entanto, percebemos uma tentativa de abordagem voltada à exploração empírica com materiais pluri-sensoriais e o QVL.

No relatório do Projeto Esmeralda do ano de 1985 vimos que, no período de 10 a 13 de setembro de 1985, aconteceu o Curso de Matemática, com uma carga horária de 30

(trinta) horas. Sua instrutora foi a professora Yara Maria Leal Heliodoro. Participaram dele as nossas depoentes: Antônia Vaniza Silva Gomes, Cleide Maria Ferreira dos Santos, Gerlúcia Vieira Madruga de Oliveira e Massilde Martins da Costa.

O Curso de Matemática tinha como objetivo geral possibilitar aos professores o conhecimento e vivência de métodos e técnicas aplicáveis ao ensino de Matemática. Foram 8 (oito) unidades trabalhadas, que apresentaremos a seguir, com a respectiva carga horária de cada uma: análise dos perfis de saída dos alunos por série (4h); fases do ensino-aprendizagem (4 h); técnicas operatórias (6h), resolução de problemas (4h); jogos no ensino da Matemática (3h), tendências atuais do ensino da Matemática (2h); atividades de fixação (3h); material didático (4h). Percebemos nesse curso as questões que comporiam, a partir de 1987, os Parâmetros Curriculares Nacionais e que já se faziam presentes nas discussões da Educação Matemática de então, como, por exemplo, a resolução de problemas, o uso de jogos no ensino e as tendências no ensino de matemática.

Há ainda que se investigar como tais cursos se refletiram em sala de aula, porém, tal investigação será nosso objeto em pesquisas futuras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de atingirmos o objetivo da nossa pesquisa, que foi apresentado na introdução desse trabalho, inter-relacionamos os vestígios encontrados no arquivo da cidade do Recife/PE, acerca do ensino pelos professores leigos em Fernando de Noronha/PE, nos anos de 1908 a 1986, com as narrativas dos entrevistados. Desse modo, a análise da implementação de proposta metodológica nos permitiu ressaltar, pelo menos um momento significativo acerca da capacitação do professor leigo: o Projeto Esmeralda.

Nos depoimentos de todos os nossos entrevistados identificamos um certo *brilho nos olhos* ao relatarem acerca da efetiva contribuição, do referido projeto, ao ensino na ilha, naquele momento. Entre eles, trazemos aqui os depoimentos das senhoras Cleide e Conceição. A senhora Cleide diz que o Projeto Esmeralda contribuiu “divinamente para o trabalho da educação em Fernando de Noronha [...] E deu embasamento de informação acadêmica para muitos, para mim, foi uma das coisas que me ajudou muito, me deu um alicerce para dar continuidade a ser o que sou hoje, professora” (CLEIDE MARIA PEREIRA DOS SANTOS. Depoimento oral em 19/06/2015). Dona Conceição exclama ao

se referir ao Projeto Esmeralda: “Foi fantástico! O trabalho deles foi muito bonito, além do ensino ter tido um impulso muito grande, muito grande mesmo, melhorou muito mesmo”. (MARIA DA CONCEIÇÃO JÁCOME DE OLIVEIRA. Depoimento oral em 06/06/2015).

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR. Durval Muniz de. História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- AZEVEDO, Ana Lúcia Lapenda de; BARRETO, José Ricardo Paes; BARROS, Maria Clementina; SETE, Nilza Maria Nunes. Relatório apresentado pelos organizadores do Projeto Esmeralda. Recife, 1985.
- BRITO, Arlete de Jesus; GUTIERRE, Liliane dos Santos. A formação de professores que ensinavam matemática no Rio Grande do Norte entre 1960 e 1970: O convênio sudene/usaid. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 9., 2007, Belo Horizonte. Anais..., Belo Horizonte: [s.n.], 2007.
- BRITO, Arlete de Jesus. A USAID e o Ensino de Matemática no Rio Grande do Norte. In: Bolema, Rio Claro (SP), Ano 21, nº 30, 2008, pp. 1 a 25.
- BURKE, Peter. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CAVALCANTE, Eliane; SILVA FILHO, José Francisco da; ALVES, Maria de Jesus Costa. Relatório apresentado pelos organizadores do Projeto Esmeralda. Recife, 1984.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre prática e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.
- CONDEPE/FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. Recife. [s.d].
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1987.
- GARNICA, Antônio Vicente Marafioti. História Oral e Educação Matemática: um inventário. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo, ano 2, n.1, 2006.
- GARNICA, A. V. M.; FERNANDES, Déa Nunes; SILVA, Heloísa. Entre a amnésia e a vontade de nada esquecer: notas sobre regime de historicidade e história oral. Bolema, Rio Claro (SP), v. 25, nº 41, p. 213-250, 2011.

GUTIERRE, Liliane dos Santos. O ensino de matemática no Rio Grande do Norte: trajetória de uma Modernização (1950-1980). 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

GUTIERRE, Liliane dos Santos. O Ensino por Professores Militares e Leigos a seus Filhos em Fernando de Noronha/PE (1980-1986). In: Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática (ENAPHEM), 2., 2014, Bauru. **Anais do 2º Encontro Nacional de Pesquisa em História da Educação Matemática: fontes, temas, metodologias e teorias: a diversidade na escrita da História da Educação Matemática no Brasil**, Bauru: Faculdade de Ciências, 2014.

*JORNAL do Comércio* de Pernambuco, de 02 de junho de 1959.

*JORNAL Diário de Pernambuco*, de 18 de julho de 1962.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A Construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Trad. Irene Ferreira et al. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Texto Visual e texto verbal. Grupo Temático Imagem nas Ciências Sociais. In: XVII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 22 - 25 de outubro de 1993.

MATOS, Eloiza Aparecida Silva Avila de. O programa "Aliança para o Progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL PROCESO CIVILIZADOR, 11., 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008. p. 359-367.

NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. Um Arquipélago Teleguiado: Fernando de Noronha na relação do Brasil com os Estados Unidos. In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 25., 2009, Fortaleza. Anais..., Fortaleza, 2009a.

NASCIMENTO, Grazielle Rodrigues do. Fernando de Noronha e os ventos da Guerra Fria: a relação entre o Brasil e estados Unidos nos anos de JK. 2009. Dissertação (Mestrado. História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009b.

PIAGET, Jean. *Et al.* **Abstração reflexionante**: relações lógico-aritméticas e ordem das relações espaciais. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SILVA, Marieta Borges Lins e. Fernando de Noronha: cinco séculos de história. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.